

SOBRE DESCOLONIZAR CORPOS AUTORAIS: O GESTO DA ESCRITA COMO MOVIMENTO FUNDANTE DE UMA POLÍTICA DO TEXTO

ON DECOLONIZING AUTHORAL BODIES: THE GESTURE OF WRITING AS A FOUNDING MOVEMENT TOWARDS A TEXT POLICY

Amanda FRANCO*

 <https://orcid.org/0000-0002-2193-3964>
UFRGS

Claudia CAIMI**

 <https://orcid.org/0000-0002-2942-8364>
UFRGS

Recebido em 30/07/23. Aceito em 01/10/23

Resumo: A questão relativa à definição do que se constitui ou não como sendo um caso de autoria em textos literários é um debate bastante longo que segue como um gerador de grandes controvérsias. No entanto, o que se pode perceber é que tais conceitos foram produzidos desde um lugar de poder estabelecido - intelectuais homens, brancos e europeus - apesar de não terem tido seus locais de enunciação devidamente marcados. Roland Barthes como um dos grandes expoentes a trabalhar as noções de autoria desde um paradigma estruturalista defendia que a escrita contaria com uma suposta neutralidade da linguagem e da dissociação do corpo e história daquele que escreve, sustentando assim que o início da escrita seria marcado pela morte do autor. A escrita de mulheres negras denuncia abertamente a impossibilidade de uma linguagem que se propõe neutra, abrindo um espaço potente de tensionamento e interrogação do cânone e contribuindo na construção de um paradigma decolonial, ético, estético e político.

Palavras-chave: Escrita; Autoria; Estudos subalternos; Literatura negra; Teoria literária.

* Psicóloga, Pesquisadora, Especialista em Psicanálise e Análise do Contemporâneo pela PUCRS e Mestra em Psicologia Social pela UFRGS. Meu interesse de pesquisa se baseia na articulação de diferentes campos do saber como a psicanálise, a arte, a literatura e a filosofia, mais especificamente, venho desenvolvendo trabalhos sobre a escrita, o ato criativo, a corporeidade e suas relações com a clínica e a política.

** Possui graduação em Letras pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1984), mestrado em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1991) e doutorado em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001). Atualmente é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Teoria da Literatura. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-2942-8364>

Abstract: The question regarding the definition of what constitutes or does not constitute a case of authorship in literary texts is a rather long debate that continues as a generator of great controversies. However, what can be seen is that such concepts were produced from a well-established place of power- intellectual, white and European men - despite not having their places of enunciation duly marked. Roland Barthes, as one of the great exponents working on the notions of authorship from a structuralist paradigm, argues that writing would rely on a supposed neutrality of language and the dissociation of the body and history of the one who writes, thus sustaining that the beginning of writing would be marked by the death of the author. Black women's writing openly denounces the impossibility of a language that proposes to be neutral, opening a powerful space for tensioning and questioning the canon and hoping for the construction of a decolonial, ethical, aesthetic and political paradigm.

Keywords: Writing; Authorship; Subaltern Studies; Black Literature; Literary Theory

Introdução

Eles mentiram, não existe separação entre vida e escrita.
(Gloria Anzaldúa)

Este texto constitui parte de um trabalho maior de dissertação de mestrado intitulado “A escrevivência como um dispositivo político de subversão e construção de corpos autorais”, disponível integralmente no Repositório Digital Lume da UFRGS. Para iniciar este debate, pode-se partir de Roland Barthes como um dos grandes expoentes a trabalhar as noções de autoria desde um paradigma estruturalista que defendia o desaparecimento do autor. Segundo Barthes “a escrita é destruição de toda voz, de toda origem” (BARTHES, 2004, p.57) e, por isso mesmo, seria dotada de uma certa neutralidade supostamente inerente à linguagem que faria perder “toda a identidade, a começar precisamente pela do corpo que escreve” (p.57). O início da escrita estaria marcado, assim, pela morte do autor. A questão relativa à definição do que se constitui ou não como sendo um caso de autoria em textos literários é um debate bastante longo que segue como um gerador de grandes controvérsias. No entanto, o que se pode perceber é que tais conceitos foram produzidos desde um lugar de poder estabelecido - intelectuais homens, brancos e europeus - apesar de não terem tido seus locais de enunciação devidamente marcados.

Nesse sentido, os estudos sobre literatura não estão imunes aos jogos de poder que assolam a sociedade e que se presentificam no cânone ao contribuir com o processo de invisibilização de algumas vozes; o cânone é, antes, seu reflexo. Levando-se em consideração que a literatura nacional brasileira foi e ainda é um espaço privilegiado da autoria branca e masculina, não parece nenhum mistério que do lado inverso da equação esteja a mulher negra. Regina Dalcastagnè (2012) em levantamento sobre o perfil majoritário do autor brasileiro indica que este “é masculino, branco, com diploma superior, heterossexual e urbano (principalmente localizado no eixo Rio/São Paulo). O mesmo perfil caracteriza narradores e personagens” (MIRANDA, 2019, p.55). Miranda (2019) ainda recolhe importante contribuição de Angela Figueiredo e Ramón Grosfoguel (2007) sobre a tendência eurocêntrica de neutralizar o sujeito que enuncia, assim como sua posição epistêmica.

[...] nossos conhecimentos são sempre parciais, perspectiva já bastante abordada dentro das ciências sociais. O ponto central aqui é o lugar da enunciação, isto é, a localização étnica, sexual, racial, de classe e de gênero do sujeito que enuncia. Na filosofia e nas ciências ocidentais o sujeito que fala está quase sempre encoberto; a localização do sujeito que enuncia está sempre desconectada da localização epistêmica. Por meio dessa desconexão entre a localização do sujeito nas relações de poder e a localização epistêmica, a filosofia ocidental e suas ciências conseguiram produzir um mito universal que encobre o lugar de quem fala e suas localizações epistêmicas nas estruturas de poder. Isto é o que o filósofo colombiano Santiago Castro-Gomez chamou de epistemologia do “ponto zero” que caracteriza as filosofias eurocêntricas. O “ponto zero” é o ponto de vista que esconde e encobre seu próprio ponto de vista particular, isto é, a construção de um ponto de vista que representa a si mesmo como não tendo nenhum ponto de vista e, portanto, almeja ser neutra e universal. (MIRANDA, 2019, p.23)

Sobre a necessidade de implicar-se em sua posicionalidade desde um lugar de produção ativa de conhecimento, a mesma autora ainda cita as denominações utilizadas por diferentes autores e vertentes, entre eles: Enrique Dussel que a define como uma “geopolítica do conhecimento” e Frantz Fanon e Gloria Anzaldúa que abarcam essa noção sobre a ideia de um “corpo-política do conhecimento” (MIRANDA, 2019, p.23). Levando estes aspectos em consideração, como se poderia pensar a questão do ato de autoria para além de um conceito clássico tão desconfortavelmente uniforme e segregatório? Como pensar tais conceitos a partir de uma lógica feminina que leve em consideração as relações raciais, de classe e gênero e suas articulações com os dispositivos de poder historicamente presentes na cultura?

Autoria em situações de violência

Os estudos subalternos, mais especificamente da autora Gayatri Spivak (2020, p.25), insistem nos interesses de intelectuais europeus em manter “o sujeito do Ocidente, ou o Ocidente como Sujeito” como uma artimanha perigosa que nega as implicações destes na constituição de um Outro da Europa. Dessa forma, o suposto sujeito oculto não teria assim “nenhuma determinação geopolítica” (SPIVAK, 2020, p.25), sendo formado por um sujeito escritor, leitor e crítico supostamente transparente em sua função e que desvela um sujeito da norma. Segundo a autora, “esse ponto radiante, que anima um discurso efetivamente heliocêntrico, preenche o espaço vazio do agente com o sol histórico da teoria - o Sujeito da Europa” (SPIVAK, 2020, p.35). Kilomba (2019) corrobora essa tese ao afirmar que a legitimação do conhecimento passa por uma espécie de validação que tem como característica e balizador principal o eurocentrismo, sendo ditado por acadêmicos e intelectuais que se descrevem desde um lugar de fala supostamente universal. “[...] Portanto, o que encontramos na academia não é uma verdade objetiva científica, mas sim o resultado de relações desiguais de poder, de ‘raça’” (KILOMBA, 2019, p.53) e, também, de gênero. Nesse sentido, segundo a mesma autora “não é somente uma imensa, mas também urgente tarefa descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento” (KILOMBA, 2019, p.53).

Barthes (2004) associa à figura do autor, a característica de um individualismo acentuado e crescente em uma sociedade francamente capitalista. O mesmo autor (2004) afirma que acreditar em autoria, é crer que a história é um passado fixo que antecede o texto a ser escrito, podendo, assim, ser decifrado e ter seu sentido fechado; e defende que

o escriptor moderno nasce ao mesmo tempo que o seu texto; não está de modo algum provido de um ser que precederia ou excederia a sua escrita, não é de modo algum o sujeito de que o seu livro seria o predicado; não existe outro tempo para além do da enunciação, e todo o texto é escrito eternamente aqui e agora (BARTHES, 2004, p.61).

Se tomarmos como referência que o conceito de história não é algo linear, talvez possa se concordar que a escrita nasce ao mesmo tempo em que o sujeito do discurso o põe em ato. O texto é sempre escrito no aqui e agora, pois presente e passado, evento e narrativa também são indissociáveis. Nesse sentido, talvez não se trate de esboçar uma história prévia e fixa que já fora vivida, devendo ser resgatada e transposta à literatura e nem, tampouco, de uma escrita que se exime de qualquer registro de memória. A questão é poder pensar a escrita enquanto um dispositivo ético e político que pode ter como função situar no presente um corpo historicamente fora de lugar.

Barthes (2004) ainda sustenta que “dar um autor a um texto é impor a esse texto um mecanismo de segurança, é dotá-lo de um significado último, é fechar a escrita”. No entanto, pode-se tomar também essa ideia - de que seria possível se apropriar de um sentido último que explicaria completamente o texto e o sujeito escritor -, como algo um tanto ilusório já que o texto, assim como a linguagem, permanece para sempre em aberto, sendo falado também em suas hiências e dependente dos significantes e referenciais de cada leitor e escritor. Cabe ressaltar que essa noção de apreensão total do sujeito autor ou do texto enquanto propriedade - tão presentes enquanto crítica em Barthes -, soam como uma questão altamente masculina e colonial. Estariam as mulheres inseridas e igualmente aprisionadas nesta lógica competitiva sobre o texto enquanto um bem material a ser possuído e protegido da cobiça alheia?

Foucault (2009) chama atenção para o fato de que nem sempre a autoria esteve relacionada à apropriação do texto enquanto um conjunto de bens; este movimento foi historicamente construído e concretizado na mesma medida em que discursos transgressores precisavam ser punidos, inclusive os escritos, sendo útil para os mecanismos de poder viabilizarem este rastreo e vigilância a partir do desígnio de um nome próprio de autor. Antes do estabelecimento de uma sociedade de controle rígida, os discursos eram pensados enquanto ato. “Ele foi historicamente um gesto carregado de riscos antes de ser um bem extraído de um circuito de propriedades” (FOUCAULT, 2009). Derrida (2014) complementa essa tese ao lembrar que o termo “literatura” é uma invenção bastante recente. A escrita, anterior a essa sistematização, não dependia de uma autoria ou assinatura individual para que pudesse circular. Pode-se inferir, assim, que a palavra e os discursos foram tomados pelas malhas do poder e dos sistemas de vigilância por sua propriedade subversiva. É possível ainda pensar uma retomada inventiva do discurso e da literatura na dimensão de ato possivelmente transgressor que faz abalar as estruturas constituídas? Penso em uma leitura da história que não se pretende nem linear nem progressiva, pois entendo que tais leituras podem desembocar tanto em um sentimento nostálgico ou melancólico de um

passado aprisionante quanto na ideia de um progresso desenfreado que apaga o que veio antes como algo que possui um caráter inferior; ambas, de qualquer forma, excluindo do horizonte a transformação política desejada. É interessante realizar uma retomada que abarca questões passadas, munida dos conhecimentos presentes e formulado por diversas vozes, com o objetivo de reinventar linguagens e se apropriar de conceitos que façam mais sentido dentro de um universo epistêmico específico.

Foucault (2009) resgata uma noção que parece ser fundamental para a continuidade deste trabalho: a de se pensar os discursos autorais “não mais apenas em seu valor expressivo ou suas transformações formais, mas nas modalidades de sua existência”, ou seja, as formas de articulação dessas vozes singulares no encontro com a cultura, os dispositivos de poder e o laço social que, segundo hipótese levantada pelo autor, tem mais relação com a função-autor e as modalidades discursivas postas em circulação do que com o conteúdo do texto propriamente dito. Essa questão parece abarcar a problemática que envolve o posicionar-se enquanto sujeito de um discurso próprio e reconhecido em seu valor autoral a partir de situações recorrentes de violência causadas pelo choque com os dispositivos de poder vigentes. Afinal, diante de tantos apagamentos, como (in)corporar o corpo e a história nas bases de um estilo discursivo que sempre privilegiou em seus fundamentos a oralidade, o corpo e o gesto, transmitindo-o para o movimento da escrita?

Ao contrário do que se imaginaria a partir de uma leitura menos atenta de seu trabalho, Foucault (2009) não preconiza que o autor está morto, tal como Barthes (2004), mas, sim, de que o acento deveria ser colocado na função-autor ao invés do autor enquanto um indivíduo que precederia os escritos, podendo, a partir desse princípio, realizar uma narrativa fechada de uma história para sempre imutável. Novamente, parece importante questionar o entendimento sobre o que viria a ser história e de que formas essa se enlaça aos sujeitos. Tal maneira de constituir a noção de autoria serviria - de acordo com este autor, e levando em consideração uma sociedade excludente -, unicamente como uma forma de fazer barreira à livre circulação de determinadas formas de pensar e dizer e ainda incorrer no risco de realizar algumas leituras que propiciem um aprisionamento do sujeito e de suas narrativas que fossem predeterminadas por preconceitos e estereótipos banais. “A qualquer texto de poesia ou de ficção se perguntará de onde ele vem, quem o escreveu, em que data, em que circunstâncias ou a partir de que projeto” (FOUCAULT, 2009, p. 16), estando sua aceitação e reconhecimento submetidos a tais questões.

Ora, a crítica literária moderna, mesmo quando ela não se preocupa com a autenticação (o que é a regra geral), não define o autor de outra maneira: o autor é o que permite explicar tão bem a presença de certos acontecimentos em uma obra como suas transformações, suas deformações, suas diversas modificações (e isso pela biografia do autor, a localização de sua perspectiva individual, a análise de sua situação social ou de sua posição de classe, a revelação do seu projeto fundamental). O autor é, igualmente, o princípio de uma certa unidade de escrita - todas as diferenças devendo ser reduzidas ao menos pelos princípios da evolução, da maturação ou da influência (FOUCAULT, 2009, p. 18).

Porém, nesse caso, o problema parece estar localizado muito mais do lado do leitor e da crítica do que do autor propriamente dito. Ao defender esse posicionamento, o paradoxo parece

ser o de sufocar determinados sujeitos-autores para que estes não sejam sufocados e excluídos pela crítica. Florentina da Silva Souza (2019) em prefácio para a obra de Fernanda Miranda (2019) desvela os preconceitos contidos em uma crítica acadêmica e literária que se mostra

incapaz de analisar tais textos fora de categorias instituídas como universais e, ao invés de expor a incompetência da metodologia, ou procurar descobrir outras estratégias ou categorias de leitura e análise, prefere dizer “isto não é literatura” ou seja, prescrever a invisibilidade, o silêncio como punição ao atrevimento da insurgência (MIRANDA, 2019, p.7).

Como não cair neste lugar de explicação e fechamento de uma obra em razão de sua procedência? Como seria possível pensar os impactos sociais e políticos em um corpo que escreve sem, ao mesmo tempo, apagar o sujeito e reduzir seu texto a uma análise parcial? O que fica evidente nesses postulados clássicos sobre escrita e autoria é que a noção de raça está fora do horizonte de análise e que a parcialidade recai exclusivamente para aqueles que estão de fora do movimento universalizante das epistemologias eurocêntricas.

Ainda segundo Foucault, “A função-autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (2009, p.14). O nome do autor, assim como o nome próprio, refletiria somente em um certo conjunto de discursos aos quais seriam atribuídos ou não algum status pela cultura. “O nome do autor não está localizado no estado civil dos homens, não está localizado na ficção da obra, mas na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser” (FOUCAULT, 2009, p.13). Tal referência e marcação do nome do autor não parece ser de pouca importância em situações de descaso sociopolítico. É possível falar em autoria quando o nome provém de uma voz subalternizada? A proposta aqui defendida é de que as autorias não precisariam se constituir, exclusivamente, pela noção de propriedade de uma determinada narrativa, mas na circularidade de discursos da cultura que abrangem distintas formas de ser e estar no mundo que são sempre singulares, mas que, no caso das mulheres negras, também sustentam um lugar de reivindicação de uma memória individual e coletiva que perpassa as inúmeras violências, silenciamentos e exclusões as quais sofreram e ainda sofrem.

Apesar de o autor não estar morto, segundo a perspectiva foucaultiana, ele deve fazer-se de morto, apagando qualquer traço de sua individualidade na escrita em razão do predomínio do discurso e de um certo distanciamento entre si e o que se escreve. Como Foucault não cessa de repetir “a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência” (2009, p.7). Mas de que forma se poderia pensar uma singularidade pela via da ausência em casos de violência e exclusão reais? O que significaria isso?

Este movimento pendular entre presença e ausência poderia ser descrito a partir da leitura de autoras negras que não só reivindicam um lugar próprio no presente, mas que assumem desde sempre que não falam exclusivamente de si, mas de todo um povo que veio antes e que ainda virá? Ao situar-se entre uma forma de agência e busca de autoria caracterizada pela diluição de um plano meramente individual em nome do resgate de uma memória coletiva, seria esse um procedimento que possibilitaria presentificar e expor as ausências cotidianas? Um presente e um passado indissociáveis que se alternam e são transmitidos em um estilo de escrita? Essa hipótese trabalharia uma inversão da noção de ausência; não se tratando mais do sujeito que desaparece

diante do texto, mas, sim, das várias ausências de sua história e de seu corpo presentificadas na escrita, ou seja, uma posição no discurso e no laço social que ainda precisam ser construídas e que o podem ser através do gesto contido na escrita. O feminismo negro possui uma diferença fundamental e bastante específica com relação ao feminismo ocidental, sendo aquele constituído a partir de uma base de solidariedade que é pautada em uma experiência histórica comum (GONZALEZ, 2010). Uma experiência histórica de violência, perdas e rupturas que exige, muitas vezes, um trabalho de reconstrução. Gagnebin (2009) relembra o quanto o conceito de rastro é importante na construção da história e de como se faz frequente também quando se pensa na restituição de memórias. O rastro enquanto a presentificação de uma ausência que possibilitaria a invenção; no caso da ficção, de novas formas de existência e uma estética própria que traz à tona os vazios de uma história comum que se manifesta a partir de uma temporalidade cíclica.

Agamben (2007) relembra que Foucault apesar de ter se proposto a pensar o sujeito e o sujeito enquanto autor, se deteve em análises dos processos objetivos de subjetivação a partir dos dispositivos de poder vigentes, o que lhe conferiu uma série de críticas. O próprio Foucault (2003) retoma incessantemente esse ponto para afirmar que apesar de seus estudos se embasarem nas relações de poder estabelecidas e nas formas de afetação e transformação decorrentes desse encontro, seu objetivo não é o de negar o sujeito enquanto individualidade, mas afirmar que as subjetividades emergem de maneira privilegiada no confronto com os dispositivos de poder.

Alguém me dirá: isto é bem próprio de você, sempre a mesma incapacidade de ultrapassar a linha, de passar para o outro lado, de escutar e fazer ouvir a linguagem que vem de outro lugar ou de baixo; sempre a mesma escolha, do lado do poder, do que ele diz ou do que ele faz dizer. Essas vidas, por que não ir escutá-las lá onde, por elas próprias, elas falam? Mas, em primeiro lugar, do que elas foram em sua violência ou em sua desgraça singular, nos restaria qualquer coisa se elas não tivessem, em um dado momento, cruzado com o poder e provocado suas forças? Afinal, não é um dos traços fundamentais de nossa sociedade o fato de que nela o destino tome a força da relação com o poder, da luta com ou contra ele? O ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas. As falas breves e estridentes que vão e vêm entre o poder e as existências as mais essenciais, sem dúvida, são para estas o único monumento que jamais lhes foi concedido; é o que lhes dá, para atravessar o tempo, o pouco de ruído, o breve clarão que as traz até nós. (FOUCAULT, 2003, p.208)

Será mesmo que não restaria qualquer coisa de suas vidas a serem escutadas a não ser quando no embate com o poder ou seria este o único momento no qual puderam ser minimamente reconhecidas através das lógicas de disciplinarização e institucionalização? Desde essa perspectiva, compreende-se que, para Foucault, tanto o sujeito quanto o autor não existiriam enquanto realidade objetiva e localizável senão enquanto efeito do encontro com os dispositivos; lugar este no qual a subjetividade poderia fazer-se ver ao resistir com maior intensidade. Porém, como já foi abordado anteriormente, a estética negra sempre esteve pautada por uma linguagem própria de transmissão oral que privilegia o corpo e os gestos em sua forma de propagação de saberes e memórias. O poder é instaurado *a posteriori*, a partir de um movimento colonizatório. Afirmar

que só há existência a partir do encontro com esses dispositivos de controle ostentados pela branquitude parece mais uma vez negar a autonomia, a linguagem e a história desses sujeitos. É afirmar, de certa forma, que o sujeito negro só existe em dependência e no encontro com o branco.

Spivak (2020), apesar de todas as críticas endereçadas à Foucault, afirma que suas teorizações acerca dos dispositivos de disciplinamento e institucionalização seguem sendo uma grande contribuição e que, apesar de Foucault não estabelecer tal relação, podem ser compreendidas enquanto a constituição do processo colonizador. Dessa forma, ao mesmo tempo que propõe subverter a questão tradicional sobre autoria através da função-autor, Foucault não consegue avançar no sentido de uma implicação acerca do lugar do intelectual neste processo.

Não mais colocar a questão: como a liberdade de um sujeito pode se inserir na consistência das coisas e lhes dar sentido, como ela pode animar, do interior, as regras de uma linguagem e manifestar assim as pretensões que lhe são próprias? Mas antes colocar essas questões: como, segundo que condições e sob que formas alguma coisa como um sujeito pode aparecer na ordem dos discursos? Que lugar ele pode ocupar em cada tipo de discurso, que funções exercer, e obedecendo a que regras? Trata-se, em suma, de retirar do sujeito (ou do seu substituto) seu papel de fundamento originário, e de analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso. (FOUCAULT, 2009, p.28)

Parece haver uma contradição no cerne deste discurso foucaultiano que promove “uma posição que valoriza a experiência concreta do oprimido, ao mesmo tempo que se mostra acrítica quanto ao papel histórico do intelectual” (SPIVAK, 2020, p.38); e a mesma autora ainda retoma uma fala de Deleuze em diálogo com Foucault no texto denominado *Os intelectuais e o poder* (2003) no qual os autores atestam que “uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Não tem nada a ver com o significante” (SPIVAK, 2020, p.38) e, provavelmente, nada a ver com o corpo também, segundo esta mesma lógica. Novamente, a problemática acerca do lugar de teorização é exposta já que evoca uma teoria que se designa como prática, plena e universal. O risco que se incorre aí é, por um lado, o de uma generalização violenta que traz fortes indícios de uma atitude imperialista e, de outro, a constituição do sujeito subalternizado enquanto um outro homogêneo e irreduzível (SPIVAK, 2020).

Nesse sentido, busca-se a inscrição de sujeitos e corpos autorais que não se prestem a fechar sentidos, mas, sim, abrir para novas interrogações e possibilidades enquanto um sujeito individual que carrega a força de uma coletividade, de uma memória, de uma história e que tem o poder de instaurar novas linguagens, conhecimentos e *corpus* à literatura tradicional. Este corpo que é cultural e social, mas que, também, proporciona novas formas de subjetivação a corpos individuais, transformando, assim, o que era conhecido até então como o *corpus* social da norma constitutiva de um projeto de nação excludente, racista e sexista.

O movimento da escrevivência poderia ser considerado uma instauração discursiva (FOUCAULT, 2009) já que invoca uma mudança de paradigma acerca do que foi historicamente constituído como um saber sobre os sujeitos negros e a racialidade através do imaginário literário, levando a mudanças de posicionamento tanto simbólicas quanto materiais. O fato de que este laço, oriundo de um discurso, propicia e influencia outros autores a adotarem o mesmo

caminho de investigação também pode ser lido como uma marca da instauração discursiva. Afinal, mobiliza e instaura um novo discurso sobre as abordagens de leitura existentes acerca da racialidade no país, exigindo, para tanto, uma retomada histórica que inclua esses sujeitos até então marginalizados; no que concerne a esse estudo, mais especificamente, as mulheres negras e sua escrita.

Ao final do século XX já se pode perceber um aumento nos textos de mulheres negras que propõem novas imagens e palavras para dar conta de suas experiências.

Já nos anos 1990, emerge na literatura brasileira uma série de textos de autoria feminina, nos quais se percebe que a letra ficcional e poética tornava-se instrumento privilegiado para uma potente e persistente rasura, descontinuidade e desconstrução, tanto dos inumeráveis vícios de figuratização da personagem feminina quanto de alçamento de uma voz que denunciava o racismo e o sexismo que permeiam oblíquas práticas discursivas. (MARTINS, 2021, p.169)

A experiência da escrita feminina negra possui um caráter fortemente coletivo que se instaura desde uma experiência comum de inúmeras violências. O corpo, nesse caso, ao mesmo tempo que fala de uma posição singular, relança uma narrativa histórica de tantos outros corpos negros que o antecederam e que ainda estão por vir.

Através de um tratamento mais antropológico do que arqueológico do passado, quer na literatura, quer nas ciências sociais, essa escrita enfoca primordialmente o ser humano - conquanto configurado, ou desfigurado, por aquele passado que é parte de sua herança. Em seus momentos mais densos, a escrita de mulheres afrodescendentes confere um caráter dinâmico ao passado, acionando-o de tal modo que este incessantemente problematiza o presente e interroga o futuro. (GOMES, 2004, p. 18)

Por isso, a autoria de mulheres negras parece romper com a dicotomia proposta por Barthes (2004) entre autor e leitor quando este diz que

o leitor é o espaço mesmo em que se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escrita; a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino, mas este destino já não pode ser pessoal: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; ele é apenas esse alguém que mantém reunidos em um mesmo campo todos os traços de que é constituído o escrito. (BARTHES, 2004, p. 64)

Talvez o texto não possua mesmo um caráter unitário, nem do lado do autor, nem mesmo do lado do leitor uma vez que as palavras só podem ser parciais e compreendidas em uma multiplicidade de sentidos que dependem diretamente da experiência dos envolvidos e, por isso mesmo, talvez seja inviável a construção de um personagem - seja na origem, seja no destino -, neutro. A escrita de mulheres negras denuncia abertamente essa impossibilidade tanto do lado de quem escreve quanto do lado de quem lê. Esta pretensão de um intelectual ou leitor a-histórico só pode nos conduzir a uma espécie de ideologia disfarçada. Como afirma Heloisa Gomes, o texto de mulheres negras, por mais heterogêneo que seja, tem suas bases firmemente assentadas

em sentimentos que derivam de experiências históricas. E segue ao afirmar que seja “através da poesia, da ficção ou de outras modalidades discursivas, ele narra as suas versões da história, denunciando os mecanismos de exclusão no curso dos acontecimentos que, secularmente, têm regido e organizado a história das nações” (GOMES, 2004, p.19).

Derrida também constata que o leitor não existe enquanto um simples “receptor” já moldado previamente ao encontro com o texto. O autor vai além em sua teorização ao esboçar que o leitor seria então “formado” pelo texto que lê, desde que, importante destacar, este esteja disposto a se deixar afetar pelo encontro. “Ela (a obra) lhe ensina, se ele estiver disposto, a contra-assinar” (DERRIDA, 2014, p.117). Essa disponibilidade para contra-assinar parece fundamental já que a “língua estrangeira faz o espectador estranhar-se, tornado ele próprio um desterrado, exigindo atenção e esforço para absorção do narrado que não se dá facilmente a conhecer [...]” (MARTINS, 2021, p.182). Nesse caso, especificamente, a autora está abordando uma situação que concerne ao teatro e ao espectador, mas esta teorização poderia ser facilmente transposta para o texto literário e o leitor. Leda Martins diz ainda que “o espectador em seu desconforto, deve então tornar-se um tradutor que percorre zonas de incertezas e zonas de instabilidades, confrontado por sua própria outridade face ao código linguístico que o estranha, desconhece e desconcerta [...]” (2021, p.182). Tornar-se ele próprio - o leitor - outro a partir do encontro com a diferença.

[...] todos nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas - não há discursos neutros. Quando acadêmicos brancos afirmam ter um discurso neutro e objetivo, não estão reconhecendo o fato de que elas e eles também escrevem de um lugar específico que, naturalmente, não é neutro nem objetivo ou universal, mas dominante. [...] Meus escritos podem ser incorporados de emoção e de subjetividade, pois, contrariando o academicismo tradicional, os intelectuais negros se nomeiam, bem como seus locais de fala e de escrita, criando um novo discurso com uma nova linguagem (KILOMBA, 2019, p.58).

Reconhecer essas ambiguidades e silenciamentos do sujeito subalternizado - que não tem sua voz escutada e fica encarcerado em meio a uma disputa narrativa, e que muitas vezes é realizada entre aqueles que detém o discurso dominante - é um projeto de “desaprendizagem” constante (SPIVAK, 2020); desconstrução esta que como lembra Derrida é um processo que “exige uma atitude altamente historiadora” (2014, p.82). Nesse sentido, assumir um corpo e uma experiência não é, necessariamente, dotá-la de um sentido fechado. Como sabiamente afirma Elie Wiesel, sobrevivente de Auschwitz: “Eu não contei algo do meu passado para que vocês o conheçam, mas sim para que vocês saibam que vocês nunca o conhecerão” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 79). É, isso sim, assumir uma posição através de um ato de escrita e autoria que reposiciona o sujeito em um discurso e em uma história.

Apesar de tecer algumas críticas iniciais a esses autores é importante poder contextualizar que tais ideias - no momento histórico em que foram concebidas - circulavam enquanto uma crítica a um viés demasiadamente positivista que buscava tratar o texto enquanto uma forma de propriedade intelectual que estaria em posse do assim designado autor-gênio. A restituição do foco do autor para a linguagem parece ser, naquele momento, um movimento interessante

- apesar de poder ser considerado um tanto ingênuo -, já que tem como objetivo que os discursos possam se equivaler sem estarem submetidos a uma lógica de mestria que garantiria *a priori* a genialidade do escritor. A limitação dessa visão sobre a autoria é de não levar em consideração os diferentes marcadores sociais e contexto geopolítico de sua formulação como ferramentas imprescindíveis de análise. Além disso, a adesão irrestrita por parte dos demais autores e pesquisadores, que seguiram insistindo em sua abrangência universalizante, também parece atuar como um desserviço para a teoria literária.

Como afirma Spivak, a dificuldade em se implicar no processo de construção de uma teoria a partir de um lugar específico de saber tende a produzir efeitos potencialmente nefastos já que acaba por “auxiliar o empirismo positivista - o princípio justificável de um neocolonialismo capitalista avançado - a definir sua própria arena como a da “experiência concreta”, “o que realmente acontece” (SPIVAK, 2020, p.37), por isso a autora sugere “alinhar o feminismo à crítica ao positivismo e a desfetichização do concreto” (SPIVAK, 2020, p.117). Levando essas críticas em consideração, e mais além com relação à soberania e neutralidade da língua, é fundamental retomar que justamente a linguagem é uma das primeiras categorias a serem atacadas em processos colonizatórios; mais além da violência colonial, a população negra também esteve submetida a longos processos de escravização, nos quais tanto sua linguagem quanto sua história lhes foi saqueada. Da mesma forma como se supunha que o autor se acharia em uma condição de ser proprietário do texto e, portanto, deveria estar ou fazer-se de morto, o colonizador se apropriou dos corpos, linguagem, costumes e história dessa população, o que não deixa de ser uma morte infligida.

Retirou-lhe tudo e apropriou-se também do texto, no qual exercia seu direito de falar deles e por eles. Por isso, creio que cabe o questionamento com relação à discussão sobre a neutralidade da linguagem já que “a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade” (KILOMBA, 2019, p.14) e quanto mais alheios estamos a nossa posição discursiva e política, mais violência será transmitida.

Quem pode falar - e escrever? Pois o uso da linguagem, tal como visto na história, também pode ser indevidamente manipulado e capturado por mecanismos de poder. É preciso lembrar que nem todos os sujeitos são socialmente reconhecidos e essa marginalização continuada tem efeitos nas formas de subjetivação já que nem sempre o sujeito tem direito a fazer uso de uma linguagem própria. Para Spivak (2020) a mulher subalternizada não pode ser escutada ou lida. Talvez seja preciso realizar uma torção - a palavra sendo um dos recursos privilegiados para tanto - para que se possa aceder a uma posição de sujeito de um discurso. Como Gonzalez (2020[1985]) que sustenta preferir ser sujeito de um discurso do que da história. Afinal, situar-se e ser sujeito de um discurso é não somente se apropriar de um lugar enquanto sujeito na própria história, mas também tomar uma posição que reverbere no laço social, produzindo, assim, transformações individuais e coletivas.

Dessa forma, a literatura parece um lugar possível de retomada da palavra e de um nome próprio no sentido tanto autoral quanto histórico e estético. E, nesse caso, o objetivo é, sim, um ato, um ato de autoria que possibilite um deslocamento de posições de poder cristalizadas; um ato a partir de uma voz que reivindica uma origem, um corpo e um lugar justamente ao sair de uma morte infligida por séculos de um viver às margens e que passa a se apossar ativamente

do exercício de construção de um lugar pelo símbolo da escrita; escrita esta que tem no corpo uma ancoragem fundamental. Que corpo é esse que fala? Sobre quem e para quem fala? Desde que lugar fala e é escutado?

Foucault em seu texto “Escrita de si” (2006), aborda a relevância do compartilhamento de experiências no sentido de proporcionar uma aprendizagem mútua dos interlocutores que, no caso descrito, trocavam correspondências. “A escrita que ajuda o destinatário, arma aquele que escreve – e eventualmente terceiros que a leiam” (FOUCAULT, 2006, p. 155), denotando o caráter colaborativo entre as partes que passam a se fortalecer e reconhecer pela escrita do outro. Nesse sentido, pode-se pensar o caráter intrinsecamente político de uma escrita que visa articular experiências de violência comum de modo a munir e restituir um corpo de palavras que pode agir então como uma espécie de barreira protetiva em situações potencialmente traumáticas e dotadas de falta de sentido - como é o caso da vivência do racismo. A escrita pode ser pensada, assim, enquanto uma experiência de luto e de luta. Como bem lembra Kilomba “Nossa história nos assombra porque foi enterrada indevidamente, escrever é, nesse sentido, uma maneira de ressuscitar uma experiência coletiva traumática e enterrá-la adequadamente” (2019, p.223). Foucault sustenta que “escrever é, portanto, “se mostrar”, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro” (2006, p.156) e que esse rosto-escrita carrega uma filiação que advém de uma longa linha histórica daqueles que o precederam e que puderam de alguma forma transmitir suas ideias e experiências ainda que perpassadas por tantas lacunas impostas.

Para Derrida (2014) o escritor em sua relação com o texto também é constantemente atravessado por questões históricas, filosóficas e da cultura de uma forma mais ampla.

Ele não pode deixar de levar isso em consideração de alguma forma, nem tampouco deixar de se sentir um herdeiro responsável, inscrito numa genealogia, quaisquer que sejam as rupturas ou as denegações a esse respeito. **E quanto mais severa for a ruptura, mais vital é a responsabilidade genealógica. Não se pode deixar de levar em consideração, quer se queira ou não, o passado** (DERRIDA, 2014, p.83, ênfase no original).

Conceição Evaristo é uma autora que ressalta a potência desse espaço lacunar entre o acontecido e a narração, espaço esse por onde a imaginação pode aflorar. Seu primeiro romance escrito, *Becos da memória* (2017) - apesar de não ter sido sua primeira publicação - pode ser lido, segundo a autora, como ficções da memória - da sua e dos seus. Uma escrita ética e política que estabelece novas margens ao corpo e vida às vivências já que “é o entendimento e o estudo da própria marginalidade que criam a possibilidade de devir como um novo sujeito” (KILOMBA, 2019, p. 69). Como nos lembra Costa (2019), de acordo com texto do filósofo Walter Benjamin sobre o narrador: “o que se espera de um narrador é que ele não esgote a história e que de sua fala um outro seja convocado a narrar”. Esta é a via privilegiada adotada por mulheres negras através das gerações e que Conceição Evaristo traduz em seu conceito de escrevivência; fazer circular um saber diretamente relacionado à experiência e que age como um instrumento potente de reconfiguração de lugares tanto individual quanto coletivamente. “Assim, a palavra é por elas utilizada como ferramenta estética e de fruição, de autoconhecimento e de alavanca do mundo” (GOMES, 2004, p. 14).

Agenciar discursos, se apropriar de lugares

O título do fragmento anterior, “Autoria em situações de violência,” pode ser entendido em um duplo sentido: tanto a autoria que diz respeito à sujeitos marginalizados em condições sociopolíticas desfavorecidas, quanto às violências impostas pelos próprios conceitos a sujeitos que não estariam em conformidade com uma imagem fabricada desde uma perspectiva eurocêntrica. Alcione Alves (2020) escreve um trabalho precioso no qual compara a teoria literária ao jogo de xadrez, estabelecendo um ponto de semelhança ao jogo quando na teoria se supõe que sujeitos negros tem concedidos o acesso ao tabuleiro/literatura desde que joguem sempre desde um lugar fixo que nada pode fazer se não responder às jogadas previamente apresentadas e estipuladas. A partir desse escrito ele faz uma retomada do quanto sujeitos não considerados hegemônicos foram desapropriados do nome nas obras, sendo estas lembradas pelo conceito e nome do artista europeu.

Disto tratara a exposição em questão, no Musée d’Orsay: em visita a um cânone centroeuropeu das artes visuais, observar a obliteração dos nomes de sujeitas(os) negras(os) que, em sua condição de modelos, frequentemente têm sido vistos como objetos (como matéria-prima) à produção artística centroeuropeia. (ALVES, 2020, p.37)

Pensar o nome enquanto uma categoria que dignifica e atesta a humanidade e singularidade dos sujeitos é fundamental para revelar o que está em questão quando de seu apagamento: um processo de desumanização dos envolvidos através da redução à cor da pele - retrato de uma negra; ou a condição de musa objetificada do artista, para citar alguns exemplos fornecidos pelo autor. Restituir o nome negado, dessa forma, é um lugar de agência, de reivindicação de algo que lhes concerne e o qual foi alvo de uma apropriação indevida (ALVES, 2020).

A violência epistêmica é uma grande geradora de fraturas subjetivas que tensionam e levam os chamados outros a serem reconhecidos meramente enquanto coadjuvantes que devem responder às fantasias e identidades imputadas desde uma nomeação exógena e violenta (ALVES, 2020). Segundo o autor, essa violência está no centro da desumanização desses sujeitos. Trata-se, portanto, de um posicionamento ético dos intelectuais fazer de nossa localização - Sul geográfico -, um devir lugar político ao questionar os conceitos produzidos, sustentados e nomeados desde fora.

A observada complicitad y el compromiso de los feminismos hegemónicos del Sur se muestra em diálogo à noção de Ocidente exposta por Glissant (1997) na primeira nota de rodapé de *Le discours antillais*: “L’Occident n’est pas un lieu. L’Occident est un projet”. De nossa posição em um Sul geográfico, não decorre nosso Sul político, o qual nos solicita uma construção contínua ou, em outros termos, um gesto de descolonização contínua do conhecimento científico produzido e difundido, uma vez que investigamos sujeitas(os) negras(os) frequentemente a situar seus devires negros desde um Sul epistemológico (ou, nos termos de Glissant: desde fora do Ocidente) (ALVES, 2020, p.40).

A hipótese de Spivak (2020) de que o sujeito subalterno não pode ser escutado pode ser retomada à luz das teorizações de Alcione Alves (2020) quando este afirma que submeter estes sujeitos a um quadro teórico ocidental poderia acarretar em uma investigação dominadora que necessitaria, para que pudesse se sustentar, que estes sujeitos se mantivessem em uma condição de subalternidade e diferença naturalizada com relação ao sujeito da norma e, em função dessa incoerência interna, sua condição de escuta ou leitura desde um lugar de sujeitos que agenciam seus próprios discursos estaria gravemente comprometida. A partir das contribuições de Miñoso, Alcione esclarece que o risco deste procedimento estaria justamente no fato de que “nossas críticas “se asientan sobre las mismas bases que las operaciones de dominio” (MIÑOSO, citado em ALVES, 2020, p.41). Este caráter se faz bastante evidente partindo de uma noção clássica de autoria que pressupõe o apagamento dos corpos que escrevem, tal qual a lógica colonizadora apaga e silencia os saberes produzidos por seus outros. Aqui se pode traçar um paralelo com o poema de Manuel Rui (1987) *Eu e o outro - o invasor* (ou em três poucas linhas uma maneira de pensar o texto) citado por Leda Martins (2021) em seu livro *Performances do tempo espiralar*

Quando chegaste mais velhos contavam estórias. Tudo estava no seu lugar. A água. O som. A luz. Na nossa harmonia. O texto oral. E só era texto não apenas pela fala mas porque havia árvores, parrelas sobre o crepitar de braços da floresta. E era texto porque havia gesto. Texto porque havia dança. Texto porque havia ritual. Texto falado ouvido visto. E certo que podias ter pedido para ouvir e ver as estórias que os mais velhos contavam quando chegaste! Mas não! Preferiste disparar os canhões. A partir daí, comecei a pensar que tu não eras tu, mas outro, por me parecer difícil aceitar que da tua identidade fazia parte esse projeto de chegar e bombardear o meu texto. Mais tarde viria constatar que detinhas mais outra arma poderosa além do canhão: a escrita. E que também sistematicamente no texto que fazias escrito inventavas destruir o meu texto ouvido e visto (RUI, citado em, MARTINS, 2021, p.191/192).

O poema associa a brutalidade da arma-canhão a uma escrita-canhão. A partir de sua leitura, é possível perceber o quanto a escrita e conceitos também podem ser uma imposição violenta do colonizador que invade e deslegitima as práticas de expressão dos africanos e povos originários. A escrita-canhão mira na prática da oralidade ao hierarquizar os diferentes saberes, assim como os canhões miram os corpos da alteridade.

A partir dessa prática, a consequência automática é a naturalização das diferenças e o enclausuramento desses sujeitos a conclusões precipitadas - e limitadas - que nossa teoria pode ofertar. Uma vez estratificados a um registro homogêneo, “podem responder só e somente só de uma maneira específica, equivalente àquela interpretada em nossa ciência” (ALVES, 2020, p.41), obtendo respostas violentas caso não correspondam a tais expectativas. Tal prática de domínio pode conferir um certo apaziguamento e senso de segurança diante daquilo que não se sabe, mas que se supõe, ainda assim, deter o conhecimento. Tal qual a imagem fornecida por Barthes (2004) quando sustenta que “dar um autor a um texto é impor a esse texto um mecanismo de segurança, é dotá-lo de um significado último, é fechar a escrita.” Tal concepção reduz a complexidade dos sujeitos e os condiciona a ocupar um registro ôptico (CARNEIRO, 2005) marcado, muitas vezes, por uma característica física que almeja estancar o movimento de agência desses sujeitos ao prescrever formas de ser e estar no mundo entendidas como imutáveis.

Este problema da circunscrição da diferença ou, de modo mais específico, do quanto nosso trabalho científico (por vezes investido da posição do intelectual) corre o risco de circunscrever nossos Outros em nossas definições do que eles sejam (definições, portanto, exógenas), pode ser percebido em uma dupla dimensão, correspondendo ao silenciamento dos sujeitos, assim como à marginalização do estudo destes sujeitos no interior do campo (ALVES, 2020, p.45).

Fernanda Miranda traz uma questão que vem sendo endereçada para a crítica literária que parece essencial: “definido o sujeito que fala, estará definida, por extensão, a fala desse sujeito?” (2019, p.20) ou nossas próprias expectativas com relação ao que pode ser falado? A mesma autora ainda lembra que a palavra, assim como os sujeitos, pode se renovar “em cada texto e em cada contexto de enunciação, para além da segurança das definições” (MIRANDA, 2019, p.22).

Mesmo a autoria não se tratando para esses sujeitos de um nome a ser sozinho reverenciado (MARTINS, 2021, p.72), como também é a crítica de Barthes (2004), não se pode negar a importância do reconhecimento que o nome imprime, assim como da história e do corpo que o carrega.

A experiência histórica negra elaborada nos romances abre a possibilidade, via ficção, de uma comunidade de sentidos partilhados. A inscrição dessa comunidade, através da narrativa, dá acesso a um conteúdo de experiência que confronta diretamente a representação do negro conforme o texto nacional canônico, fraturando certos signos da nação enquanto “comunidade imaginada”. Dessa forma, não apenas os romances permitem imaginar instantes da vida em movimento, mas também respondem às urgências da História como fluxo narrativo vivo e aberto, reconfigurando seus apagamentos e silenciamentos (MIRANDA, 2019, p.60).

O *corpus*, assim, é capaz de integrar vida e discurso em uma dada comunidade, reverberando as palavras do escritor na mente do leitor através do compartilhamento de experiências. Afinal, como bem lembra Fernanda Miranda um corpo é um campo de luta, da mesma forma que um *corpus* é, fundamentalmente, político (MIRANDA, 2019, p.57), sendo impossível escrever sem a força e as marcas do corpo. Corpo que pode estar implicado no texto das mais variadas formas, não se limitando a aspectos relativos à identidade negra. “Nesse sentido, o corpo é uma matriz de sentidos constante nos textos, mas os signos de grafia do corpo podem mudar” (MIRANDA, 2019, p.39).

Considerações finais

O autor, por isso, não pode ser somente um nome descorporificado. “O autor criador é a consciência de uma consciência” (BAKHTIN 1988 *apud* MIRANDA, 2019, p.58), ou seja, reflete e materializa um determinado ponto de vista impregnado inevitavelmente do corpo que habita e do lugar que este corpo lhe confere. Dada a enorme possibilidade que a escrita abriga em si, de criar horizontes a partir da junção de imagens e palavras inéditas, entendo que uma

das suas funções derivativas pode ser a de construir e reconstruir corpos fraturados pelo sistema através de uma perspectiva de escrita que age como um ato performativo que constrói o corpo na medida mesma em que o inscreve. “A capacidade de (re)elaborar processos subjetivos, sociais, políticos, filosóficos e culturais é uma marca que particularmente interessa no gênero romance” (MIRANDA, 2019, p.65). Seria este ato de escrita e inscrição de novas imagens, corpos e palavras capaz de subverter a norma e criar subjetividades autorais e descolonizadas? Um ato desta proporção seria fundamental e urgente quando se trata de um país como o Brasil, amplamente calcado em um imaginário racista e colonizado.

Referências

- AGAMBEN, G. Autor como gesto. In **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ALVES, Alcione. A teoria literária como jogo. In: ALVES, Miriam e ALVES, Alcione (orgs.) **Epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas**. 1 ed. Porto Alegre: Rede unida, 2020.
- BARTHES, R. A morte do autor. In **O rumor da Língua**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004
- CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- DERRIDA, J. **Essa estranha instituição chamada literatura**: uma entrevista com Jacques Derrida. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- EVARISTO, C. **Becos da memória**. 3 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: Estratégia, poder-saber. **Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222, 2003.
- FOUCAULT, M. A escrita de si. In: Ética, sexualidade, política. **Ditos e escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.144-162, 2006.
- FOUCAULT, M. O que é um autor? In: Estética: literatura e pintura, música e cinema. **Ditos e escritos III**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.264-298, 2009.
- GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GOMES, H. T. “Visíveis e invisíveis grades”: vozes de mulheres na escrita afro-descendente contemporânea. **Caderno espaço feminino**, v.12, n.15, p.13-26 Ago./Dez. 2004 [Seção] Dossiê Gênero e Representações: História, imagens e literatura.
- GONZALEZ, L. **Retratos do Brasil negro**. 1 ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar**: Poéticas do corpo tela. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MIRANDA, F. **Silêncios prescritos**: Estudo de romance de autoras negras brasileiras. 2 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

SELIGMANN-SILVA, M. A história como trauma. *In*: NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (orgs.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000. p. 73-98.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?**. 4 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020